

TERMOS DE USO DO SITE DI BLASI, PARENTE & ASSOCIADOS

1) DA ACEITAÇÃO DOS TERMOS DE USO E CONDIÇÕES

1.1 O uso do *site* pressupõe que o usuário leu, compreendeu e aceitou os termos ora previstos.

2) DO CONTEÚDO DISPONÍVEL NO SITE

2.1 Todo o conteúdo, atual ou futuro, publicado no *site* possui caráter institucional e informativo, não devendo ser, portanto, interpretado como consultoria jurídica de qualquer natureza.

2.3 O escritório não se responsabiliza pelo conteúdo de qualquer *site* de terceiros para o qual o usuário seja direcionado a partir de links deste *site*.

2.4 O escritório não deverá, em hipótese alguma, ser responsabilizado perante qualquer terceiro, por qualquer tipo de perda, dano, custo ou despesa resultante de qualquer erro, omissão ou alteração nas informações ora fornecidas, nem tampouco por quaisquer atrasos, inexatidões, erros ou interrupções ocasionadas em função destes eventos, durante o suprimento de qualquer informação através das páginas do *site*.

3) DOS DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL E DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE

3.1 O conteúdo disponível no *site* é protegido por direitos de Propriedade Intelectual e/ou Direitos da Personalidade. Tal proteção compreende, mas não se limita às marcas, artigos, textos, fotos, imagens, vídeos, layouts, etc. sendo proibida sua reprodução desautorizada, sob pena de adoção das medidas extrajudiciais ou judiciais cabíveis.

3.2 Todos os artigos e imagens dos profissionais que integram a equipe do escritório constantes no *site* tiveram sua publicação prévia e expressamente autorizada pelos mesmos.

3.3 O escritório se compromete a retirar de suas páginas fotos, imagens, vídeos, etc., cujos direitos, eventualmente, sejam reivindicados e comprovados por terceiros que manifestem expressamente sua oposição em relação à referida publicação.

3.3 A marca DI BLASI, PARENTE & ASSOCIADOS é legitimamente protegida em sua forma mista por meio de registro no Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI (registro nº 904453472), nos termos da legislação em vigor. É expressamente proibida sua reprodução ou veiculação em qualquer mídia sem o consentimento expresso de seus titulares.

4) DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

4.1 O escritório poderá coletar informações pessoais dos usuários do seu *site*, tais como nome e endereço de e-mail, para envio de informativos (“*newsletters*”), mediante o consentimento expresso dos mesmos, manifestado através do envio das respectivas informações por meio de formulário próprio no *site*.

4.2 O escritório se compromete a não divulgar ou compartilhar, por qualquer meio, os dados de quaisquer pessoas físicas ou jurídicas que, eventualmente, forem enviados ao *site* por meio de cadastro para o recebimento de informativos (“*newsletters*”), bem como

se compromete a promover a exclusão, no prazo de 10 (dez) dias úteis, de endereços de usuários cadastrados para o recebimento de tais informativos, se expressamente solicitado pelos mesmos através do envio de e-mail neste sentido.

4.3 Quaisquer informações encaminhadas ao *site* por meio de links expressos ou para os endereços físicos do escritório serão tratados como confidenciais e não serão divulgados por qualquer meio. Excetuase a esta regra as informações que já forem de conhecimento público previamente à divulgação, quer seja por força legal ou por divulgação de terceiros; bem como as informações que o remetente permitir a divulgação.

5) DA ALTERAÇÃO DOS TERMOS DE USO

5.1 O escritório reserva-se o direito de alterar, modificar ou extinguir quaisquer termos ou cláusulas do presente contrato de “Termos de Uso”, a qualquer tempo, sem aviso prévio aos seus usuários. O uso do *site* após qualquer alteração pressupõe a aceitação das ditas alterações.

6) DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

6.1 Aplicam-se ao presente instrumento a Lei nº 9.610 de 1998, a Lei 9.279 de 1996, a Lei 10.406 de 2002 (Código Civil Brasileiro) e a Lei 12.965 de 2014 (Marco Civil da Internet), no que couber.

7) DA RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

7.1 As Partes poderão, tão logo seja verificada uma situação conflituosa, priorizar a composição, tentando solucioná-la de maneira amigável, por meio do envio de uma notificação à outra Parte.

Caso não seja realizada a notificação sugerida acima ou não logre êxito tal tentativa, as Partes comprometem-se a participar de uma reunião de pré-mediação conduzida por centro de mediação a ser escolhido entre as Partes, dentre as 03 (três) seguintes opções: (i) Associação Brasileira da Propriedade Industrial (ABPI), (ii) Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem (CBMA) ou (iii) Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (“CCBC”), a fim de avaliar a possibilidade de composição por meio de um procedimento de colaboração e não contencioso.

Na hipótese de o acordo não ser alcançado por meio de um procedimento colaborativo no prazo de 4 (quatro) meses, as Partes irão dirimir a controvérsia através da via judicial, elegendo desde já o Foro da Comarca da Capital do Rio de Janeiro como o único competente, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.